



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001848-63.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Leandro Henrique Sivieri**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

LEANDRO HENRIQUE SIVIERI, já qualificado, ajuizou a presente ação de cobrança de seguro DPVAT contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 02 de março de 2016 do qual restaram-lhe lesões permanentes, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 12.825,00, já que recebeu administrativamente a quantia de R\$ 675,00.

A ré contestou o pedido arguindo, em preliminar, carência de interesse processual do autor, alegando pagamento administrativo; no mérito alega que houve a quitação da obrigação pelo pagamento administrativo, contestando ainda que a invalidez do autor seja superior à apontada em processo administrativo, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não há o que se falar em falta de interesse porquanto a “*existência de quitação dada pelo autor que não o impede de pleitear alguma verba que não tenha integrado o “quantum” recebido*” (cf. Ap. n. 680.591-2 – 2ª Câmara Especial de Julho de 1996 “B” do 1º TACSP<sup>1</sup>).

O laudo pericial médico apurou que do acidente narrado na inicial e revendo os documentos médicos apresentados, o autor *Não apresenta dano corporal sequelar total ou parcial (ou segmentar) com perda anatômica e/ou funcional completa ou incompleta referente as lesões alegadas na inicial*” (fls.204).

Concluiu o laudo atestando que “*não há sequelas morfo-funcionais decorrentes do acidente sofrido em 02/03/2016, portanto não há enquadramento em situações previstas na tabela DPVAT.*” (fls.204).

Ora, sob o aspecto jurídico, temos que a pretensão do autor nesta ação refere-

<sup>1</sup> JTACSP - Volume 161 - Página 212.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

se à indenização DPVAT, que segundo previsto no art. 3º *caput*, da Lei nº 6.194/74, deve ter por fundamento os eventos *morte, invalidez permanente ou despesas médicas e suplementares*.

Não há, portanto, com o devido respeito, qualquer previsão de indenização para a hipótese. Assim, ante a ausência de invalidez, incabível a pretensão de pagamento do seguro DPVAT, que é devido nos casos de invalidez permanente, total ou parcial.

Nesse sentido:

*Apelação Cível. DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório por invalidez permanente. Sentença de improcedência. Apelação do autor. Para a concessão da indenização do seguro DPVAT, é necessária a existência de incapacidade permanente, parcial ou total. Ausência de conclusão a respeito da existência da invalidez permanente porque o autor ainda deverá se submeter a tratamento cirúrgico da lesão ligamentar em seu joelho. Pedido indenizatório que não pode ser acolhido nesta ação. Após a realização da cirurgia mencionada no laudo pericial, se for constatada a presença de invalidez ou diminuição da funcionalidade do membro, em caráter permanente, poderá o autor propor nova ação, com a fluência do prazo prescricional a partir de sua ciência inequívoca a respeito da incapacidade permanente (Súmulas 278 e 573). Apelação não provida. (TJSP; Apelação 1001344-08.2016.8.26.0238; Relator (a): Morais Pucci; Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Foro de Ibiúna - 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/11/2018; Data de Registro: 09/11/2018).*

Ainda no mesmo sentido:

*"Apelação Cível. DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório por invalidez permanente. Sentença de extinção. Falta de interesse de agir. Apelação do autor. Para a concessão da indenização do seguro DPVAT, é necessária a existência de incapacidade permanente, parcial ou total. Ausência de conclusão a respeito da existência da invalidez permanente porque o autor ainda está em tratamento ambulatorial. Pedido indenizatório que não pode ser acolhido nesta ação. Após a conclusão do tratamento, se for constatada a presença de invalidez ou diminuição da funcionalidade do membro, em caráter permanente, poderá o autor propor nova ação, com a fluência do prazo prescricional a partir de sua ciência inequívoca a respeito da incapacidade permanente (Súmulas 278 e 573). Apelação não provida." (TJSP; Apelação 1118526-41.2016.8.26.0100; Relator (a): Morais Pucci; Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 38ª Vara Cível; Data do Julgamento: 30/11/2018; Data de Registro: 30/11/2018).*

O autor sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Transitada em julgado a presente, arquivem-se.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 11 de dezembro de 2018.

**Vilson Palaro Júnior**

**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**